

-----**ACTA N.º 23/2007**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador António Graça Silva, por compromissos de representação do Município, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** solicitou uma vez mais, um espaço na autarquia, onde os Vereadores da Oposição possam reunir e preparar as reuniões do Executivo. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que, no momento, a autarquia não dispõe de qualquer espaço que possa disponibilizar para o efeito, porque, como é do conhecimento de todos, a autarquia infelizmente está condicionada nesta matéria, existindo falta de espaço, inclusive para os funcionários. Assim sendo, considera que a única hipótese viável seja o Salão Nobre.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que desde a tomada de posse, nas reuniões de Câmara, tem pedido vários esclarecimentos, mas até à data ainda não obteve qualquer informação sobre os mesmos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Secção de Actas irá providenciar o levantamento de todas as questões colocadas pelo Senhor Vereador, para posterior apresentação e esclarecimento.-----

-----No âmbito do encerramento do SAP de Celorico da Beira, o **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento do protocolo elaborado pela ARS Centro a ser subscrito pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, que regulamenta a reorganização da rede de urgências e consequente encerramento do SAP, bem como da resposta por parte da autarquia ao referido documento.-----

-----Informou que a autarquia discutiu todos os argumentos que considerou relevantes e exigiu alterações ao documento, uma vez o Concelho de Celorico da Beira não era contemplado com nenhum equipamento móvel ou fixo de emergência que atenuasse o encerramento do SAP.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que, perante o documento apresentado não tinha qualquer dúvida que as alternativas ao encerramento do SAP de Celorico da Beira, eram manifestamente insuficientes, ou mesmo inexistentes, um vez que, da análise do mesmo,

constata-se que Celorico da Beira não iria ser contemplado com nenhum **equipamento de emergência**, sendo mesmo o concelho mais penalizado do distrito.-----

-----Os Senhores **Vereadores da Oposição** não concordam com os termos do referido protocolo e apresentaram algumas considerações que poderão complementar as apresentadas pelo Executivo em defesa dos interesses dos cidadão Celoricensenses.-----

-----Apontaram como uma das pretensões a incluir no protocolo, a criação de um Serviço de Urgência Básica (SUB) em Celorico da Beira, para dar resposta aos casos clinicamente urgentes **do eixo composto pelos** concelhos de Fornos de Algodres, Aguiar da Beira e Celorico, bem como o não encerramento do SAP antes da existência de uma rede que assegure a assistência médica urgente dos doentes.-----

-----Mencionaram o facto de não estando prevista nenhuma ambulância de TAE ou de SIV, para o concelho de Celorico da Beira, como poderá ser garantida a assistência com suporte avançado de vida, que segundo os padrões internacionais, variam entre 8 a 15 minutos.-----

-----Por último referiram a elevada percentagem de casos agudos que se verificaram no ano de 2006, no Concelho e que justificaram o accionamento da VMER da Guarda, bem como o critério de risco de trauma pelo facto de Celorico estar situado no traçado de várias infra-estruturas rodoviárias de expressão nacional. **Assim sendo, referiram que o protocolo não devia ser assinado sem que antes algumas destas pretensões fosse atendida.**-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** informou que os pontos apresentados pelos Senhores Vereadores iriam ser acrescentados à proposta existente e seriam remetidos à ARS Centro.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PROTOCOLO DO PORTAL DAS ALDEIAS HISTÓRICAS;** -----
-----**CLUBE ESCAPE LIVRE;** -----
-----**COMISSÃO VITIVÍNICA REGIONAL DA BEIRA INTERIOR;** -----
-----**SINTAP – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;** -----
-----**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA”;** -----
-----**ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/94 – NOVO LICENCIAMENTO/CANCELAMENTO PARCIAL DE TRÊS LOTES;** -----
-----**DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA A EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DE S.TA EUFÊMEA;** -----
-----**LOTEAMENTO IMOBILIÁRIA FTP, COM ALVARÁ N.º 1/2004 – GARANTIA BANCÁRIA REFERENTE À CAUÇÃO;** -----
-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR;** -----
-----**PASSE ESCOLAR;** -----
-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSE ESCOLAR;** -----
-----**HABITAÇÃO EM RUÍNAS NA RUA DA CORREDOURA, EM CELORICO DA BEIRA;** -----
-----**DESPACHO N.º 78/2007;** -----
-----**DESPACHO N.º 79/2007;** -----
-----**ALTERAÇÕES AO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA;** -----
-----**PROPOSTAS OE 2008 – AUTARQUIAS LOCAIS;** -----
-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES.** -----

-----Relativamente aos outros assuntos a incluir na presente reunião, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse que, futuramente quando forem incluídos mais assuntos do que os previsto na Lei, votará contra. -----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E SETE** -----

-----Foi presente a acta número vinte e dois, da reunião ordinária do Executivo de sete de Novembro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----II - **ARMANDO ANTÓNIO LOPES HENRIQUES** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO** -----

-----Foi presente ofício, do Senhor Armando António Lopes Henriques, enviando uma prova do livro infantil de banda desenhada, com desenhos efectuados por deficientes, cujo título é “A Poluição”, conforme o solicitado.

-----Pretendem publicar 1000 exemplares e uma vez que o trabalho foi baseado no Concelho de Celorico da Beira, solicitam apoio monetário no valor de 1 500€, para a sua execução -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, dar conhecimento ao Senhor Armando António Lopes Henriques, que a autarquia Celoricense, em matéria de apoios financeiros tem como princípio atribuir ajudas, somente a Instituições ou Associações e não a título particular.** -----

-----III - **JUNTA DE FREGUESIA DE CASAS DE SOEIRO** -----

-----**ASSUNTO: CASAS DEGRADADAS** -----

-----Foi presente ofício datado de dez de Novembro de dois mil e sete, proveniente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro, referindo que em tempos, falaram na situação de casas degradadas e a Câmara Municipal mandou fazer o levantamento a nível de fotografia na freguesia. A Junta de

Freguesia tem estado a motivar os proprietários para que possam recuperar as suas casas e possam dar um aspecto totalmente diferente, havendo já proprietários interessados pela recuperação, solicitando que este assunto seja presente a reunião de câmara, para que seja a Câmara, a oferecer os levantamentos e as plantas para a reconstrução só nas casas degradadas que tenham fotografia, faltando tirar na Quinta do Chafariz. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** sugeriu que, relativamente a este assunto e de forma a não se criarem desigualdades de critérios, deveria realizar-se um levantamento da situação sócio-económica dos proprietários interessados e mediante este estudo, enquadrar-se o processo no Regulamento para Situações de Carência. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que o Gabinete de Acção Social proceda à elaboração de um levantamento sócio-económico dos proprietários interessados, para um posterior enquadramento no Regulamento para Situações de Carência, em vigor no Município.** -----

-----**IV - CONVITE PARA A COMISSÃO DE HONRA E CONTRIBUIÇÃO MONETÁRIA**-----

-----Foi presente documento, datado de sete de Novembro de dois mil e sete, solicitando, em nome da Comissão de Honra do movimento Pró-Construção da estátua a João XXI, que o Senhor Presidente da Câmara de Celorico da Beira, aceite fazer parte da referida Comissão de Honra em representação do Concelho, solicitando ainda, uma contribuição monetária para a construção do monumento a João XXI. -----

-----**A Câmara felicitou a comissão pela iniciativa e agradeceu o convite endereçado, no entanto, infelizmente a actual conjuntura financeira da Autarquia, não permite contribuir condignamente para a obra em causa.** -----

-----**V - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**-----

-----Foi presente ofício n.º 1532, datado de nove de Novembro de dois mil e sete, proveniente do STAL, informando que ao abrigo dos art. 591.º a 606.º do Código de Trabalho, irá promover uma Greve Nacional, das 0h às 24h00 do dia 30 de Novembro de 2007, abrangendo todos os trabalhadores da Administração Local e Regional. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VI - MÃOS UNIDAS P. DAMIÃO – PORTUGAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício da Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas P. Damião, solicitando um subsídio a fim de ajudar a “estagnar” a SIDA, o número dos SEM ABRIGO, dos TOXICODEPENDENTES e de Lutar pela dignidade da MULHER, tanto em Portugal como no mundo. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** é de opinião que o Executivo em matéria de atribuição de subsídios privilegie as associações e instituições do Concelho. -----

-----**A Câmara, embora consciente da realidade relatada pela Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas P. Damião, informa que a actual conjuntura financeira da Autarquia, não permite contribuir condignamente para esta Associação.**-----

-----**VII - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA EM NOME DE TIAGO ANDRÉ SARAIVA RUSHWORTH MAÚL**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de cinco de Novembro de dois mil e sete, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente ao assunto em epígrafe, sou a informar que o requerente deu entrada (registo n.º 12995 de 2007/10/29) das rectificações do pedido de informação prévia, que já havia sido alvo de uma análise e correspondente informação. -----

-----Na sequência das informações técnicas datadas de 2007/07/31 e de 2007/10/15, e das correcções efectuadas agora apresentadas pelo requerente, sou a propor deferimento da pretensão do requerente. -----

-----Acrescente-se que:-----

-----1. Num eventual pedido de licenciamento, o procedimento de controlo prévio a que se sujeita a realização da operação urbanística em causa é o da licença administrativa; -----

-----2. O conteúdo da informação prévia aprovada vincula as entidades competentes na decisão sobre um eventual pedido de licenciamento da operação urbanística a que respeita, desde que tal pedido seja apresentado no prazo de um ano a contar da data da notificação da mesma ao requerente.-----

-----Esta operação de loteamento fica dispensada de discussão pública nos termos do n.º 2 do artigo 22º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, conjugado com o artigo 19º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente.** -----

-----**VIII - SECÇÃO DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: APOIOS CONCEDIDOS PELA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR** -----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de quinze de Novembro do corrente ano, referindo que no decorrer da análise dos processos relativos à Acção Social Escolar, para a concessão de apoio na aquisição de livros escolares, verificou-se o enquadramento dos processos no respectivo escalão, após o estudo da situação sócio-económica do agregado familiar, através da aplicação do Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º Auxílios Económicos. -----

-----Sendo que, os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, são o escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----**Com base na informação do Gabinete de Acção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio na aquisição de livros escolares, aos alunos: Liliana Sofia de Almeida Ferreira, Mariana Filipa dos S. Caçador, Andreia Sofia Fonseca Gomes, Diogo Manuel Cardoso dos Santos e Mariana Filipa Rodrigues Albuquerque, do escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e aos alunos Raquel Alexandra da Silva Ruivo, Telma Alexandra da Silva Ruivo, Melissa Figueiredo Antunes, Filipa Alexandra Luís Mendes e Diogo Costa Marta, do escalão B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que é aconselhável que todos os pedidos sejam feitos até uma data limite, para evitar que venham sempre os mesmos pedidos a todas as reuniões de Câmara. Disse que no próximo ano, o Gabinete de Acção Social deverá fazer um aviso, para alertar a população para os prazos a cumprir. -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de treze de Novembro do corrente ano, referindo que de acordo com o Regulamento de Acção Social Escolar, as crianças com necessidades educativas especiais integradas no pré-escolar e ensino regular ao nível do Básico – 1.º Ciclo terão garantido o acesso e a frequência a uma educação de qualidade, independentemente do tipo ou grau de deficiência e do nível sócio-económico das famílias.-----

-----Segundo o artigo 5, n.º 3 “Para situações de crianças com deficiência só existe um único escalão. O agregado familiar irá auferir a comparticipação financeira correspondente ao escalão A ...”, sendo o escalão A correspondente à isenção. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os apoios concedidos no âmbito do Regulamento de Acção Social Escolar, constantes da lista em anexo (anexo I).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de sete de Novembro do corrente ano, referindo que a D. Fátima, residente na localidade do Barco, dirigiu-se ao Gabinete de Acção Social, a fim de solicitar apoio económico para a aquisição de alguns manuais escolares de um dos seus educandos, que se encontra a frequentar o 7.º Ano, com um custo de 119,89€.-----

-----Apurou-se junto da EB 2,3 Sacadura Cabral que à educanda em questão foi concedido o escalão A pelo SASE, obtendo os diversos manuais, tendo ainda que adquirir os manuais de Educação Visual Tecnológica, Educação Musical, Educação Física, Religião e Moral, Ciências e Espanhol no valor de 119,89€.-----

-----O agregado familiar auferir um rendimento per capita mensal de 108,85€. Segundo se apurou junto da requerente actualmente o agregado

não reúne capacidade financeira para adquirir os manuais da educanda que se encontra a frequentar o 7.º Ano. -----

-----Tendo em consideração a solicitação da utente, o Gabinete de Acção Social procurou enquadrar o mesmo no Regulamento de Acção Social Escolar. Não sendo este enquadramento possível, visto que, no Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º Auxílios Económicos, apenas serão subsidiados os manuais escolares do ensino básico.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que, neste caso, a Autarquia deve apoiar, até porque, estamos perante uma situação de carência declarada, constituída por um agregado familiar com três menores. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir apoio económico à Senhora Fátima, residente na localidade do Barco, para a aquisição de manuais escolares para um dos seus educandos no montante de 119,89€.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: APOIO ECONÓMICO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS ESCOLARES** -----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de nove de Novembro do corrente ano, referindo que a Senhora Maria de Fátima Achando, residente no Bairro de Sta. Luzia – Celorico da Beira, dirigiu-se ao Gabinete de Acção Social a fim de solicitar apoio económico, no valor de 109,55€, para a aquisição de livros escolares para o seu educando que se encontra a frequentar, no presente ano lectivo, o 10.º Ano de escolaridade na Ensuarda – Escola Profissional da Guarda.-----

-----Segundo se apurou junto do SASE da Ensuarda o aluno em causa não se encontra no escalão de aluno subsidiado. O agregado familiar tem como rendimento per capita de 261,76€. Segundo informou a requerente,

esta tem ainda a seu cargo o pagamento de algumas dívidas contraídas pelo marido. -----

-----Tendo em consideração a solicitação da utente, o Gabinete de Acção Social procurou enquadrar o mesmo no Regulamento de Acção Social Escolar. Não sendo este enquadramento possível, visto que, no Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º Auxílios Económicos, apenas serão subsidiados os manuais escolares do ensino básico.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão da requerente.** -----

-----**PROTOCOLO DO PORTAL DAS ALDEIAS HISTÓRICAS**-----

-----Foi presente Protocolo do Portal das Aldeias Históricas, celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o Município da Meda para ratificar, que se anexa à presente acta (**anexo II**). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo do Portal das Aldeias Históricas, celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o Município da Meda.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CLUBE ESCAPE LIVRE**-----

-----Foi presente ofício do Clube Escape Livre, datado de dezasseis de Novembro de dois mil e sete, referindo que em Fevereiro de 2008 o Programa Escape Livre, assinala 35 anos de emissões regulares nunca interrompidas, dedicadas ao automóvel sendo o programa mais antigo em Portugal, solicitando para o efeito um subsídio de 375€.-----

-----**A Câmara deliberou informar o Clube Escape Livre, que actualmente, a autarquia vê-se impossibilitada em dar resposta ao**

solicitado, uma vez que a conjuntura financeira que atravessa não o permite. -----

-----**COMISSÃO VITIVÍNÍCOLA REGIONAL DA BEIRA INTERIOR**-----

-----Foi presente documento datado de quinze de Novembro de dois mil e sete, da Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, referindo que as Comissões Vitivinícolas da Bairrada, da Beira Interior e a Vinissicó têm em preparação um processo de candidatura a Entidade Certificadora, dando assim cumprimento às disposições legais contidas no Decreto-Lei n.º 212/2004 de 23 de Agosto e ao Despacho n.º 22522/2006, de 7 de Novembro, do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. -----

-----O referido processo deverá estar concluído até ao final do corrente ano. Na actual fase será de todo o interesse que a Autarquia de Celorico da Beira, que faz parte integrante da região vitivinícola da Beira Interior, apoie esta candidatura para defesa da região e dos seus agentes económicos, subscrevendo para o efeito a “declaração tipo”, enviada pela Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever a “Declaração – Tipo”, que visa a constituição de uma Entidade Certificada denominada “Associação EC Beiras”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SINTAP – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**-----

-----Foi presente ofício datado de quinze de Novembro de dois mil e sete, proveniente do SINTAP informando da Greve para o dia 30 de Novembro de 2007. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA”**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo à suspensão dos trabalhos da empreitada “Requalificação da Torre de Menagem do Castelo de Celorico da Beira”.-----

-----O Senhor Presidente informou que esta suspensão decorre da necessidade de proceder ao levantamento topográfico do interior do edifício.-----

-----Mais informou que a suspensão deverá manter-se até ao dia 19/10/2007.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, com data de dezoito de Setembro de dois mil e sete, relativo à empreitada “Requalificação da Torre de Menagem do Castelo de Celorico da Beira”.**-----

-----**ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/94 – NOVO LICENCIAMENTO/CANCELAMENTO PARCIAL DE TRÊS LOTES**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo ao cancelamento dos lotes n.º 3, 4 e 19 do loteamento em causa.-----

-----O **Senhor Presidente** informou que este cancelamento não devia ter sido efectuado em data posterior à deliberação, relativa à aprovação do novo licenciamento da operação de loteamento.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, com data de nove de Novembro de dois mil e sete, relativo ao alvará de loteamento n.º 2/94, novo licenciamento/cancelamento parcial de três lotes.-----

-----**DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA A EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DE S.TA EUFÊMEA**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo à designação da fiscalização para a empreitada “Requalificação de S.ta Eufêmea”.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, com data de trinta de Outubro de dois mil e sete, relativo à designação da Fiscalização para a empreitada “Requalificação de S.ta Eufêmea”.-----

-----**LOTEAMENTO IMOBILIÁRIA FTP, COM ALVARÁ N.º 1/2004 – GARANTIA BANCÁRIA REFERENTE À CAUÇÃO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo ao Loteamento Imobiliária FTP, com alvará n.º 1/2004 – Garantia Bancária referente à caução.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, com data de doze de Novembro de dois mil e sete, relativo ao Loteamento Imobiliária FTP, com alvará n.º 1/2004 – Garantia Bancária referente à caução.-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de vinte de Novembro do corrente ano, referindo que o encarregado de educação, de Andreia Sofia, dirigiu-se ao Gabinete de Acção Social no dia 30/10/07 a fim de apresentar a sua candidatura a apoio alimentar e auxílios económicos (manuais escolares) para o ano lectivo 2007/2008. -----

-----O agregado familiar, residente na Lageosa do Mondego, é constituído por casal e duas filhas. Actualmente o rendimento provém de prestações sociais: Reforma de Invalidez e RSI. -----

-----De acordo com a declaração de 2006, o agregado familiar auferiu um rendimento per capita no valor de 72,61€, rendimento que não permite ao agregado satisfazer as suas necessidades. -----

-----No que concerne ao apoio alimentar solicitado, o requerente informou que no presente ano lectivo ainda não efectuou nenhum pagamento (Setembro – 13,80€, Outubro – 30,36€). Mais informou que devido à incapacidade financeira do agregado a sua educanda não poderá usufruir das refeições fornecidas pela IPSS. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento das refeições a educanda Andreia Sofia para o ano lectivo de 2007/2008. ---**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dezasseis de Novembro do corrente ano, referindo que no decorrer da análise do processo relativo à Acção Social Escolar, verificou-se que no respectivo regulamento não se encontram previstas as seguintes situações:

-----Crianças que não se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória ou que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório.-----

-----Após a análise do processo de passe escolar dos alunos Joana de Fátima Garcia Rodrigues, Tânia Marisa Garcia Rodrigues e Stephaine Bernardo Moceto, o Gabinete de Acção Social verificou o enquadramento no respectivo escalão. Tendo por referência os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, ao escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar os alunos Joana de Fátima Garcia Rodrigues, Tânia Marisa Garcia Rodrigues e Stephanie Bernardo Moceto, do escalão A. -**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dezanove de Novembro do corrente ano, referindo que a Senhora Maria de Fátima Achando, residente no Bairro de Sta. Luzia – Celorico da Beira dirigiu-se ao Gabinete de Acção Social a fim de solicitar o passe escolar (Celorico da Beira para a Guarda), para o seu educando que se encontra a frequentar o 10.º ano de escolaridade na Ensuarda – Escola Profissional da Guarda. O passe escolar tem um custo mensal de 86,10€, sendo o custo unitário por viagem de 2,05€. -----

-----Segundo se apurou junto do SASE da Ensuarda o aluno em causa não se encontra no escalão de aluno subsidiado. O agregado familiar tem como rendimento per capita de 261,76€, rendimento proveniente do salário da requerente. -----

-----O Gabinete de Acção Social no decorrer da análise do processo relativo à Acção Social Escolar, verificou-se que no respectivo regulamento não se encontram previstas as seguintes situações:-----

-----Crianças que não se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória ou que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino

obrigatório. Não sendo possível enquadrar o processo no Regulamento de Acção Social Escolar.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar o aluno Rafael Ferreira para o ano lectivo de 2007/2008.**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**HABITAÇÃO EM RUÍNAS NA RUA DA CORREDOURA, EM CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação conjunta do Gabinete Técnico Florestal e do Gabinete Jurídico, datada de vinte de Novembro de dois mil e sete, referindo que tendo sido apresentada queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco relativamente a uma casa em ruínas, sita na rua da Corredoura, freguesia de S. Pedro, a qual se encontra indivisa, sendo o cabeça de casal da herança o Senhor António B. Tavares, residente em Lisboa, informam que o processo se iniciou com uma queixa, sendo que até à presente data e após diversas notificações, não foi tomada nenhuma providência pelo cabeça de casal supra identificado.-----

-----Nos termos do disposto na Lei 169/99, artigo 64, n.º 5, alínea c), conjugado com as disposições dos artigos 89.º, n.º 3 e 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação introduzido pelo Decreto Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, deve a Câmara Municipal proceder à notificação do cabeça de casal da herança onde se inclui o supra referido prédio e fixar-lhe prazo para que proceda à demolição do imóvel sob pena de a Câmara Municipal tomar posse administrativa para lhe dar execução imediata de acordo com o estipulado no n.º 1, do artigo 91.º, do Decreto Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, para concretizar o meio coercivo adequado ao caso.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o cabeça de casal da herança onde se inclui o supra referido prédio e fixar-lhe prazo de 15 dias úteis para que proceda à demolição do imóvel sob pena de a Câmara Municipal tomar posse administrativa para lhe dar execução imediata de acordo com o estipulado no n.º 1, do artigo 91.º, do Decreto Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, para concretizar o meio coercivo adequado ao caso. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**DESPACHO N.º 78/2007**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento do despacho acima referido, designando os elementos do júri para a “Elaboração da Revisão do Plano Director Municipal de Celorico da Beira”, assumindo-se o compromisso de a mesma estar dotada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2008, designadamente na rubrica referente ao Plano Director Municipal. -----

-----**DESPACHO N.º 79/2007**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento do Despacho acima referido, designando os elementos do júri para a “Execução de Cartografia”, assumindo-se o compromisso de a mesma estar dotada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2008, designadamente na rubrica referente ao Plano Director Municipal. -----

-----**ALTERAÇÕES AO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA**-----

-----Foi presente circular n.º 125/2007 – PB, datada de dezanove de Novembro de dois mil e sete, referindo que através da Circular n.º 123/2007, de 06/11/2007, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) levou ao conhecimento dessa Câmara a problemática decorrente das alterações ao nível do dispositivo de segurança pública. -----

-----Nessa sequência, informam que foi solicitada pela ANMP uma reunião ao Senhor Ministro da Administração Interna, uma vez que a matéria se revela de inquestionável relevo para as populações e consequentemente para os municípios portugueses.-----

-----Foi a ANMP informada, em tal encontro, não existir qualquer política de encerramento de postos da Guarda Nacional Republicana (GNR). Durante o ano de 2008 haverá também um reforço dos recursos das forças policiais, com um acréscimo de 1250 efectivos na GNR e de 1000 efectivos na PSP.-----

-----Será apresentado a esta Associação, entre 6 de Dezembro e a primeira quinzena de Janeiro, o plano do Ministério da Administração Interna a prosseguir nesta reestruturação do dispositivo de segurança.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**PROPOSTAS OE 2008 – AUTARQUIAS LOCAIS**-----

-----Foi presente ofício n.º 22867, datado de dezasseis de Novembro de dois mil e sete proveniente do PCP, dando conhecimento das Propostas de Alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, relativamente ao Capítulo das Autarquias Locais no articulado da Proposta de Lei do Orçamento do estado para 2008.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número catorze, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo III**).-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezanove horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

